

Auditoria de gestão aos Serviços de Finanças (SF) - 2011/2012

SÍNTESE DE RESULTADOS

Esta ação teve como objetivos avaliar a situação global dos Serviços de Finanças (SF), o grau de cumprimento dos objetivos fixados para estes serviços pela Autoridade Tributárias e Aduaneira (AT), e o respetivo Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC).

Esta ação incidiu no biénio 2011/2012.

1. Principais conclusões

Os resultados de gestão dos SF em 2012 é satisfatório, sendo de salientar que as áreas de cobrança coerciva e das reclamações gratuitas ainda não apresentam resultados adequados. O valor da dívida executiva ascendia a 17,8 M€, da qual 3,4 M€ (19%) estava declarada em falhas, 50% estava pendente há mais de 3 anos e 43% encontra-se em fase inicial de tramitação. O saldo dos processos de contraordenação registou um agravamento de 157% (de 2011 para 2012) e o número das decisões desfavoráveis à AT nos processos de reclamação gratuita foi elevado, cerca de 50% no biénio 2011/2012. Identificaram-se fragilidades nos sistemas de informação as quais envolvem aumento dos custos de contexto para a AT e para os contribuintes. Os objetivos e as metas definidos para os SF não têm tido enfoque nos aspetos críticos, designadamente na diminuição dos valores da dívida tramitável abatida por prescrição e no aumento da taxa de sucesso das reclamações gratuitas. A distribuição dos efetivos disponíveis pelos SF não é adequada face ao volume e complexidade do serviço a executar, em especial nos SF de maior dimensão. O PGRCIC da AT é globalmente adequado, revelando-se necessário implementar todas as medidas previstas e acautelar as situações de maior risco (v.g. gestão e controlo das acumulações de funções e das situações de conflito de interesses).

2. Principais recomendações à/s entidade/s auditada/s

Implementação de mecanismos de controlo e acompanhamento dos SF com menores níveis de desempenho. Introdução de melhorias nos objetivos e nas metas fixadas aos SF, quanto às prioridades, à sua pertinência e coerência. Adoção de medidas que permitam diminuir ou eliminar as causas dos resultados obtidos no âmbito das execuções fiscais e das reclamações gratuitas. Assegurar uma distribuição mais ajustada dos recursos humanos disponíveis, tendo em conta as necessidades e o volume de serviço. Aperfeiçoar o PGRCIC, considerando designadamente as áreas de maior risco. Assegurar uma maior qualidade e fiabilidade da informação sobre os resultados da atividade da AT, em geral, e dos SF, em especial.

Seguimento: A AT concordou genericamente com as asserções, conclusões e recomendações desta auditoria, sugerindo um conjunto complementar de justificações e alguns contributos para o aperfeiçoamento do quadro de referenciais de análise utilizado nesta auditoria, tendo sido já implementadas medidas, em 2013 e 2014, que vão de encontro às conclusões e recomendações apresentadas pela IGF relativamente a 2011/2012.

(Relatório n.º 1636/2014, homologado, por S. Ex.ª Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, em 2015-06-30)